11º Encontro Internacional de Política Social
18º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Entre o capital e a vida: questão social, crise ambiental e resistências
Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Os fundamentos da formação social brasileira no projeto de formação da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte

Ada Kallyne Sousa Lopes[1]

Mariana Figueiredo Andrade [2]

Tainá Fernandes Lacerda [3]

Resumo: Este trabalho analisa os fundamentos da formação social brasileira incorporados ao currículo de 1973 da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte, no contexto da ditadura civil-militar. A pesquisa baseia-se em levantamento documental realizado no Centro de Memória da PUC Minas, com foco nos componentes curriculares que expressam esse debate. A reformulação do projeto de formação profissional insere-se a partir do Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano, marcado por críticas ao tradicionalismo profissional. A experiência da ESS-UCMG destaca-se pelo pioneirismo na construção de uma formação crítica, articulando fundamentos sócio-históricos, produção de conhecimento e prática profissional.
Palavras-chave: formação profissional; formação social brasileira; serviço social; escola de Belo Horizonte.

The foundations of Brazilian social formation in the Belo Horizonte School of Social Work training project

Abstract: This work analyzes the foundations of Brazilian social formation incorporated into the 1973 curriculum of the School of Social Work in Belo Horizonte, within the context of the civil-military dictatorship. The research is based on a documentary survey conducted at the Memory Center of PUC Minas, focusing on the curricular components that express this debate. The reformulation of the professional training project is part of the Reconceptualization Movement of Latin American Social Work, marked by critiques of professional traditionalism. The experience of UCMG stands out for its pioneering role in constructing a critical training, articulating socio-historical foundations, knowledge production, and professional practice, even under an authoritarian context.
Keywords: professional training; Brazilian social formation; social work; Belo Horizonte school.

[1] Doutora em Política Social pela Universidade de Brasília e Professora do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Email: adakallyne1991@gmail.com.

[2] Discente do curso de Serviço Social da PUC Minas e bolsista de iniciação científica. Email: marimariana1020@gmail.com.

[3] Discente do curso de Serviço Social da PUC Minas Minas e bolsista de iniciação científica. Email: taina.fernandes@sga.pucminas.br.

1. Introdução

O processo de reconceituação do Serviço Social marcou profundamente a profissão na América Latina e no Brasil. A partir de uma reestruturação de seus fundamentos, diferentes assistentes sociais, docentes e discentes comprometeram-se com a construção de um novo projeto profissional. É vasta a literatura que investigou, e ainda investiga, esse importante movimento de reconstrução do Serviço Social. Como aponta Batistoni, a experiência da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (ESS UCMG), na década de 1970, representa um dos marcos desse processo em nosso país.

Estudos recentes sobre a escola apontam a relevância e pioneirismo do quadro docente desta unidade no processo de reformulação de seu projeto de formação profissional. Com o propósito de contribuir para a ampliação da compreensão sobre essa experiência, localizada em uma quadra histórica de grandes tensões políticas, econômicas e culturais, estamos desenvolvendo uma pesquisa sobre os fundamentos sócio-históricos da realidade brasileira no projeto de formação posto em curso na primeira metade dos anos de 1970.

Os resultados aqui apresentados são achados parciais de um extenso levantamento documental realizado no Centro de Memória da PUC Minas e em outros espaços institucionais da universidade. Para compreendermos os fundamentos da formação social brasileira incorporados pela ESS em sua reestruturação curricular, apresentaremos neste trabalho, uma análise documental do currículo pleno de 1973 e seus componentes curriculares que tratam diretamente deste debate. O artigo está dividido em dois momentos: o primeiro em que a experiência da ESS-UCMG é situada historicamente e um segundo momento em que debatemos o currículo.

2. A experiência de formação crítica construída pela escola de serviço social de Belo Horizonte

Na produção de Batistoni (2017), é proposto uma análise do projeto profissional da ESS UCMG, situando-o no interior do Movimento de Reconceituação do Serviço Social, destacando que ele só pode ser compreendido dentro de um processo histórico mais amplo. Nesse sentido, um dos principais aspectos de seu estudo é o pressuposto de que a compreensão da reconceituação no Brasil exige sua inserção no contexto da Ditadura Civil-Militar brasileira, ressaltando não apenas o caráter repressivo, mas

também suas determinações econômico-sociais, como o padrão de acumulação capitalista e as formas de dominação sobre a classe trabalhadora.

Além disso, a autora destaca que as transformações sociais, políticas e econômicas desse período, marcadas também pela crise estrutural do capitalismo, repercutiram em diversas esferas, como o Estado, as Ciências Sociais, a Igreja católica e os movimentos sociais. Na América Latina, esse contexto provocou a "erosão do Serviço Social tradicional" (Netto, 2017) e fundamentou assim o Movimento de Reconceituação, que promoveu amplo questionamento da profissão, em que pese, suas particularidades nacionais.

A consolidação da formação em Serviço Social, em Belo Horizonte, deve ser compreendida no contexto mais amplo da renovação profissional brasileira, em que a universidade assumiu um papel estratégico na formulação da chamada intenção de ruptura. Diante das restrições impostas pela ditadura militar à prática profissional crítica, o espaço acadêmico foi um locus privilegiado para a produção teórico-metodológica, formação de novos quadros e a experimentação de práticas inovadoras, ainda que marcado por tensões constantes, como o distanciamento entre elaboração teórica e a intervenção profissional, como apontado por Netto (2017).

Além disso, o autor destaca sobre as bases sociopolíticas que marcaram o país, especialmente no início dos anos 1960, quando o avanço das lutas sociais abriu espaço para a crítica ao conservadorismo profissional. Nessa perspectiva, Batistoni (2017), apresenta sobre o caráter contraditório Brasil de distintos projetos em disputa, demonstrando que, embora o movimento tenha assumido hegemonicamente uma direção de modernização conservadora evidenciada nos documentos de Araxá (1967) e Teresópolis (1970), o próprio contexto autoritário criou brechas para o desenvolvimento de propostas críticas dentro da categoria.

Dessa forma, a experiência da ESS é apresentada como expressão dessas contradições. Batistoni (2019) a caracteriza como um núcleo de oposição e contestação, que buscou formular uma alternativa global crítica ao Serviço Social tradicional. Tal experiência desenvolveu-se marcada por um contexto mineiro de polaridade expressiva, em que coexistiam um alinhamento da elite regional com o regime ditatorial e o crescimento de uma frente contra hegemônica, fruto da mobilização das/os trabalhadores em meio a industrialização. Para a autora

> Minas Gerais foi campo político das elites reacionárias articuladoras do golpe de 1964, como analisa Starling (1986), mas, na contratendência, a região metropolitana de Belo Horizonte, [...] foi cenário de importantes movimentos populares e sindicais (Neves, 1995) e com uma forte tradição estudantil — democrática e de perspectivas revolucionárias e socialistas (Batistoni, 2019, p. 542).

Diante desse contexto, o projeto de formação profissional, incorporado pela ESS desde às primeiras décadas do surgimento do curso, passou por uma profunda reformulação para integrar o currículo de modo organizado e compatível à nova realidade sócio-histórica, e em meio às condições da época, evidenciando como a instituição se tornou referência.

No documento "Uma proposta de reestruturação da formação profissional - 1972", formulado pelo corpo docente da instituição, foram sistematizados eixos centrais para o processo de revisão curricular, como apontado por Silva (2025). Segundo a autora, o documento propõe uma visão mais ampla, que organiza e fundamenta o método, garantindo que a prática seja científica, transformadora e participativa, concebida como o marco referencial, compreendido como provisório e passível de revisões.

De acordo com Silva (2025) o documento está estruturado em quatro partes. A primeira parte traça três eixos de estruturação da reformulação curricular. O primeiro, "Sociedade e Estrutura Universitária", afirma que a instituição de ensino não está, e não deve estar dissociada da estrutura concreta da sociedade. O segundo, intitulado "Universidades e Escolas de Serviço Social", aponta a predominância de uma formação presa ás unidades de ensino, distanciada da prática profissional e permeada por vieses utilitaristas, o que contribui para a obscuridade dos objetivos formativos. Já no terceiro eixo "Formação Profissional e Serviço Social", a ESS expõe a ausência de análise crítica da realidade e o pragmatismo exacerbado que "explicitaram uma insegurança na atuação profissional".

Na segunda parte do documento denominado "Perspectivas de reestruturação", o corpo docente da ESS tece uma crítica ao sistema universitário daquele período. Para o grupo autor do documento, "[...]a instituição contribui para o fortalecimento dos interesses do capital ao subordinar a formação universitária às demandas do mercado" ESS (1972) *apud* Silva (2025, p.132).

O documento aponta que a reforma universitária visava ressignificar a perspectiva da Modernização Reflexa que apesar de estar num processo de mudanças, se limitava aos padrões de consumo e comportamentos dependentes de países dominantes

e, de modo superficial, objetivava transformar a estrutura social e econômica. Isso reforça a perspectiva etnocêntrica denunciada nos documentos da ESS, “uma vez que essa perspectiva tem como modelo os países que lideram e dominam o mercado internacional” (Silva, 2025, p.133). No campo educacional, essa lógica influenciou a universidade brasileira, que passou a importar modelos estrangeiros desconectados da realidade nacional, configurando uma formação aparentemente neutra, mas na prática acrítica e conservadora.

Na segunda parte do documento, foi proposto a “Aceleração Evolutiva” que reconhecia o caráter dependente da sociedade brasileira e buscava superá-lo a partir da atuação universitária com papel ativo ao compreender a realidade histórica como “elemento básico e constante” interligando de modo efetivo, teoria e prática. Na terceira parte, chamada de "Fundamentos da Opção de Reestruturação”, são elencados três elementos basilares do aprendizado. A realidade, apontada como primeiro elemento é a geradora de conhecimento, onde a prática social formula a teoria, que deve retornar à realidade para transformá-la; a criatividade como segundo elemento está vinculada à capacidade transformadora que se tem no movimento dialético de intervenção necessária para o processo social. E o terceiro elemento é a globalização, que integra a realidade como um todo não permitindo analisar o fenômeno isoladamente das condições históricas que o originaram. (ESS, 1972 *apud* Silva, 2025)

A proposta de reestruturação sistematizou esses fundamentos através de uma nova estrutura curricular. A última seção do documento denominada “Projeto de Reestruturação”, ficou organizada em Unidades de Aprendizagem, Projetos Semestrais de Aprendizagem (PSA) e Núcleos de Aprendizagem (NA) tais feitos culminaram na consolidação do Método BH, que visava romper definitivamente com o tradicionalismo profissional.

3. A formação social brasileira no currículo de 1973

O currículo adotado pela ESS-UCMG na primeira metade da década de 1970, incorpora em sua estrutura, importantes transformações. Em primeiro lugar, identifica-se que os debates e construções coletivas em curso no interior da própria Escola são absorvidos pelo projeto pedagógico e, em segundo, que essas inovações estavam em sintonia com o que havia de mais atual no campo crítico latino-americano, preocupados com as particularidades do capitalismo em nossa região.

A compreensão sobre um projeto de formação acadêmica não pode estar limitada a uma análise pragmática e utilitarista de um currículo. Conhecer a estrutura curricular, planos de curso, ementas é um caminho importante para reconstruir o projeto em sua totalidade, contudo, o currículo por si só deve ser apreendido enquanto uma das estratégias de consolidação de um projeto de formação profissional, movimento que passa também pela pesquisa, extensão universitária, articulação com outras unidades de ensino e centros de pesquisa, bem como pelos espaços extrassala de aula. É a partir dessa concepção que investigamos os fundamentos sócio-históricos da realidade brasileira no projeto de formação profissional da ESS-UCMG[4].

Como salientado anteriormente, a ESS estava preocupada em reestruturar seu projeto de formação profissional fundamentando-o a partir de novas bases teórico-metodológicas, sintonizadas teórica e praticamente com a realidade social brasileira. Em ofício datado de 1973, a direção da ESS traça um projeto de trabalho para a unidade fundamentado em cinco pontos. Dentre eles destacamos:

> 1. Garantir às práticas de seus alunos um caráter científico (...)
> 2. Garantir uma maior proximidade às exigências da realidade, através da participação efetiva de profissionais de campo e de professores das Ciências Sociais que desenvolvam trabalhos nas áreas afins
> 3. Proporcionar uma prática profissional que permita: a) a aquisição de instrumental de ação que permita uma intervenção científica dentro de uma perspectiva transformadora; b) compreensão dos elementos da realidade social e dos mecanismos de transformação; c) levar a um questionamento e reformulação das práticas profissionais existentes e contribuir efetivamente para uma teoria profissional[5] mais adequada a realidade brasileira (ESS-UCMG, 1973)

[4] É importante ressaltar que em nossos levantamentos documentais no Centro de Memória da PUC Minas, bem como em outros setores da universidade, identificamos uma pequena imprecisão na estrutura curricular da escola nesse período. Encontramos na Secretaria do Instituto de Ciências Sociais (ICS) um documento sem data definida, que traz o currículo estruturado para os anos 1973-1976, com os respectivos planos de curso. Neste trabalho utilizaremos o referido documento no que diz respeito aos planos de curso dos componentes curriculares que trabalham o debate da formação social brasileira, pois os componentes se mantêm em todos os ofícios encaminhados por Leila Lima, diretora da Escola, quando consultada sobre o currículo no período analisado. Como forma de buscar sanar a imprecisão entre os documentos, entramos em contato com a Pró-Reitoria de Graduação a fim de ter acesso aos projetos pedagógicos formalmente registrados pela Escola, contudo não há registros formais desse período. Diante disso, entendemos como currículo pleno da Escola em 1973 um ofício datado de 5 de dezembro de 1973 em que a direção da Escola em resposta ao Diretor da Faculdade de Ciências Humanas da UCMG encaminha, em anexo, o currículo da ESS em vigor naquele ano.

[5] Sobre o debate de uma teoria do Serviço Social ver Netto em "Teoria, método e história na formação profissional", Caderno ABESS, nº 1, 1986.

São múltiplos os registros históricos que condensam a preocupação do quadro docente da ESS com a formação profissional e já analisados pela literatura especializada[6]. Em que pese a preocupação com a capacitação das/dos discentes para a compreensão da realidade social brasileira, o currículo pleno[7] adotado pela ESS, em 1973, destina três grades específicas sobre o tema: História Econômica do Brasil, História Social e Política do Brasil (que integram o segundo ciclo do primeiro ano de formação) e o componente de Estudos brasileiros, no oitavo período.

Quadro 1 – Currículo pleno da Escola de Serviço Social. 1973

Período	Componentes Curriculares
1º	Lógica e Introdução da filosofia da Ciência; História do pensamento e do mundo contemporâneo Introdução aos estudos universitários; Psicologia; Sociologia; Matemática elementar
2º	Estatística; **História Econômica do Brasil**; **História Social e Política do Brasil**; Economia; Teoria do Serviço Social I
3º	Sociologia II; Psicologia II; Metodologia Científica; Cultura Religiosa I; Teoria do Serviço Social II
4º	Métodos e Técnicas de Pesquisa; Sociologia III; Antropologia; Direito; Teoria do Serviço Social III
5º	Pesquisa Aplicada; Comunicação; Metodologia Profissional; Prática Profissional I; Estágio de Campo I
6º	Política Social; Planejamento; Técnicas Profissionais I; Prática II; Metodologia Profissional II; Estágio de Campo II
7º	Ética Profissional; Técnicas Profissionais II; Metodologia Profissional III; Prática III; Estágio de Campo III
8º	Teoria Setorial; Prática IV; **Estudos Brasileiros**; Cultura Religiosa II; Estágio de Campo IV

Fonte: Ofício 92/73 ESS-UCMG. Elaboração própria

É importante enfatizar que o projeto de formação elaborado pelas/os docentes da ESS preocupava-se com a unidade teoria e prática. Logo, a compreensão sobre a formação social brasileira é analisada, neste trabalho, a partir dos três componentes citados, por falta de tempo e espaço, mas na pesquisa em curso apreendemos o debate de forma transversal em todos os componentes, especialmente no importante trabalho de campo desenvolvido pela ESS nesse período.

[6] Para um maior aprofundamento das análises já pesquisadas sobre o tema indicamos os estudos de Batistoni e a tese de Gabriele Pociano da Silva.

[7] É interessante observar que os componentes de Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade não se encontram no currículo que utilizamos como base, mas estão presentes em outros documentos. Por questão de espaço, trabalharemos isso em outra oportunidade.

Em relação às ementas dos componentes curriculares em que a formação social brasileira é diretamente trabalhada, podemos observar uma preocupação em incorporar na formação das/dos discentes o conhecimento sobre as determinações sociais, econômicas e políticas que conformam nosso país. O debate sobre o modo de produção escravista, desenvolvimento econômico capitalista, subdesenvolvimento, atuação do Estado na consolidação das relações sociais capitalistas, dentre outros temas centrais, estão presentes nos planos de curso não apenas nominalmente, mas sim a partir da utilização de uma interessante bibliografia.

Quadro 2 – Ementas sobre formação social brasileira do currículo de 1973

Componente curricular	Ementa
História Econômica do Brasil	Estrutura da exploração: período colonial. Estrutura da exploração: período de transição. O processo de desenvolvimento econômico. Características atuais do desenvolvimento econômico: o modelo brasileiro.
História Social e Política do Brasil	Sentido da colonização. A revolução de 1930. O populismo. O Brasil atual
Estudos Brasileiros	Poder Nacional. Política Nacional. Elementos básicos da nacionalidade. Interesses e aspirações do homem. Interesses e aspirações nacionais. O caráter nacional. Objetivos nacionais.

Fonte: Planos de curso da ESS-UCMG, 1973. Elaboração própria

O estudo desses conteúdos possuía como objetivo a instrumentalização das/dos discentes das determinações fundamentais da realidade brasileira para construção de respostas qualificadas às demandas profissionais. Como explicitado pelo plano de curso de História Econômica do Brasil o objetivo era

> Através de uma visão histórica do processo de desenvolvimento econômico, dotar as alunas de um instrumental de análise mais amplo da realidade na qual vão operar mais tarde como profissionais. Nesse sentido, o programa visa basicamente captar a evolução econômica do Brasil, fornecendo aos alunos bases para a avaliação da atual situação econômica brasileira, num contexto internacional e latino-americano. (Plano de curso ESS, 1973).

A preocupação em compreender as particularidades do desenvolvimento capitalista no Brasil, a partir da sua inserção no contexto latino-americano e internacional, demonstra como o corpo docente estava em sintonia com debates atuais sobre o tema nesse período[8]. No referencial bibliográfico temos autores de peso como

[8] Em 1973, a ESS UCMG realizou um interessante curso de aperfeiçoamento para profissionais de Serviço Social intitulado "Serviço Social e prática científica". O curso era composto pelos módulos: 1) Ciência e Serviço Social, 2) Teoria e Prática em Serviço Social, 3) Teoria da Dependência, 4) Classes Sociais e realidade latino-americana, 5) Marginalidade, 6) Metodologia em Serviço Social. Essa iniciativa demonstra como a ESS preocupava-se em levar o debate sobre os fundamentos sócio-históricos para além da sala de aula.

Francisco de Oliveira com a "crítica à razão dualista", Octávio Ianni com obras como "Estado e Capitalismo" e "Estado e Planejamento Econômico no Brasil", Caio Prado Júnior com seu clássico "Formação Econômica do Brasil" e Celso Furtado com "Formação Econômica do Brasil" e "Formação Econômica da América Latina". Em que pese a dimensão social da formação brasileira temos clássicos como Victor Nunes Leal, Boris Fausto, Astrogildo Pereira, dentre outros. As relações entre Estado, Sociedade e Classes Sociais estruturam os debates de História Social e Política do Brasil.

O componente curricular de Estudos de Problemas Brasileiros ocupa-se dentre seus objetivos em "analisar as características básicas da realidade brasileira, a fim de que sejam compreendidos alguns dos problemas nacionais" e "estudar alguns dos principais aspectos da conjuntura nacional, buscando-lhes o inter-relacionamento". O debate nacional proposto por tal componente representava uma preocupação característica do contexto da ditadura empresarial-militar brasileira, no qual as noções de nação, nacionalidade e identidade nacional assumiam centralidade político-ideológica.

Considerações finais

As análises desenvolvidas ao longo deste trabalho permitem compreender que a experiência da ESS de Belo Horizonte constituiu-se como uma expressão singular e estratégica no interior do Movimento de Reconceituação latino-americano. Inserida em um contexto de Ditadura Civil-Militar e por contradições da formação social no contexto brasileiro. A ESS-UCMG consolidou-se como um espaço privilegiado de elaboração teórico-metodológica crítica, articulando ensino, pesquisa e prática profissional. Tal experiência evidencia que, mesmo sob condições repressivas, foram construídas mediações institucionais capazes de tensionar o conservadorismo profissional e produzir alternativas alinhadas às demandas da classe trabalhadora.

A incorporação de conteúdos relacionados à formação social, econômica e política do Brasil, aliada ao diálogo com o pensamento crítico latino-americano, demonstrou a preocupação em instrumentalizar as/os discentes para uma atuação profissional qualificada e socialmente referenciada. Nesse sentido, a proposta de organização curricular em torno de eixos integradores evidenciou o esforço em superar o tradicionalismo e de construir uma prática interventiva crítica e transformadora.

Em síntese, podemos observar que o debate sobre a formação social brasileira incorporado ao currículo de 1973 expressava a complexidade do momento histórico que atravessava o país e a própria Escola. A compreensão das determinações da realidade nacional era perpassada pela dinâmica política, econômica e social da ditadura empresarial-militar, marcada tanto pelo projeto de modernização conservadora e desenvolvimento econômico quanto pelos mecanismos de controle ideológico e repressão política, revelando as disputas em torno da interpretação da realidade social brasileira e dos projetos de sociedade em curso

Referências

BATISTONI, Maria Rosângela. **O Movimento de Reconceituação no Brasil: o Projeto Profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1964-1980)**. Em Pauta, Rio de Janeiro, v. 15, n. 40, p. 136-150, 2. sem. 2017. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/32745/23545. Acesso em: 14 abr. 2026.

BATISTONI, Maria Rosângela. **O projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte - 1960-1975: uma reconstrução histórica**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 136, p. 538-558, set./dez. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/PCVBqNLRKdpcgV5TTY6Ff7y/?lang=pt. Acesso em 18. abr.2026.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2017. Disponível em: https://www.unirio.br/cchs/ess/Members/vanessa.bezerra/2022-1/disciplinas/servico-social-2/texto-3/Ditadura%20e%20Servico%20Social%20-2017.pdf. Acesso em: 17 abr. 2026.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Escola de Serviço Social. **Ofício 92/73**, Belo Horizonte.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Escola de Serviço Social. **Currículo pleno de 1973**, Belo Horizonte.

SILVA, Gabriele Ponciano da. **Serviço Social na História: apontamentos ao legado do projeto acadêmico-profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1972-1975)**. 2025. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2025. Disponível em https://www2.ufjf.br/ppgservicosocial/wp-content/uploads/sites/131/2026/02/Tese_Servico_Social_na_Historia_compressed.pdf. Acesso em 18. abr. 2026.